



***Primeiro-Almirante Thomas Cochrane***



(Acervo: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha)

**Filiação:**

Archibald Cochrane  
Anna Gilchrist

**Data de Nascimento:**

14 de dezembro de 1775

**Naturalidade:**

Annsfield, Lanarkshire – Escócia / Reino Unido.

**Falecimento:**

31 de outubro de 1860



# Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



## Carreira na Marinha Imperial Brasileira:

Primeiro-Almirante: 21 de março de 1823

Demissão a pedido: 10 de novembro de 1825

Demissão Ex-Officio: 10 de abril de 1827

## Comandos:

Esquadra Imperial Brasileira (21/03/1823 a maio de 1825)

## Medalhas e Condecorações:

Ordem Imperial do Cruzeiro (1823)

Ordem do Mérito Naval – Grau de Grande Oficial (Post Mortem - 2023)

## Títulos Nobiliárquicos:

Marquês do Maranhão (25 de novembro de 1823)

## Histórico:

Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald, filho primogênito de Archibald Cochrane e Anna Gilchrist, nasceu em 14 de dezembro de 1775, em Annsfield, Lanarkshire, na Escócia.

Ingressou na Marinha Britânica em 1793, logo tornando-se oficial e, ao longo de anos, tomou parte em diversas campanhas navais, com destaque para as Guerras Napoleônicas, quando esteve no comando de navios do porte de fragatas com os quais fustigou as linhas de comunicação marítimas franco-espanholas, dando combate e capturando diversos navios de guerra e navios mercantes inimigos. No comando do Brigue HMS *Speedy*, pequeno navio de 14 canhões e cerca de 90 tripulantes, Cochrane tornou-se conhecido quando abordou e capturou a Fragata espanhola *El Gamo*, de 32 canhões e 319 tripulantes. Em 13 meses de comissão, Cochrane, no pequeno HMS *Speedy*, capturou 53 navios mercantes inimigos. Ascendendo ao comando da Fragata HMS *Pallas*, de 32 canhões, realizou comissão ao largo dos Açores quando capturou três grandes navios mercantes espanhóis e suas cargas, além de um navio corsário, presas de guerra que renderam 200.000 libras esterlinas como prêmio pago à tripulação.

Eleito para o parlamento em 1806, licenciou-se até agosto do ano seguinte, quando assumiu o comando do HMS *Imperieuse*. Novamente afastado de suas atividades navais, Cochrane se viu envolvido em contendas com o Almirantado e na arena política inglesa, situações que o levaram a retomar sua vida no mar.



## Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



Então, em 1817, foi contratado pelo governo chileno para comandar a Marinha daquele país durante o processo de consolidação de sua independência em relação à Espanha. Contexto em que também atuou pela emancipação do Peru em face à Coroa espanhola. Durante o período que comandou a Marinha

Chilena, Cochrane se utilizou de oficiais e marinheiros estrangeiros sob contrato, sobretudo britânicos, para tripular os navios e adotou organização próxima e costumes da Marinha Britânica. Esteve na liderança daquela Esquadra no bloqueio naval à costa do Peru, na captura da cidade de Valdivia e comandando pessoalmente o esquadrão de abordagem transportado em baleeiras que capturou o principal navio da Marinha espanhola na América do Sul, a Fragata *Esmeralda*, incorporada à Marinha Chilena com o nome de Valdivia.

Com a proclamação da Independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822, Lorde Thomas Cochrane foi contratado em 21 de março de 1823 para comandar a nascente Esquadra Brasileira durante as guerras pela consolidação da Independência do país em virtude da fama de audacioso comandante de navios angariada nas Guerras Napoleônicas e, principalmente, do recente sucesso obtido no comando da Esquadra Chilena durante a guerra de independência daquela nação latino-americana. Declarado Primeiro Almirante, posto para ele criado exclusivamente, e a bordo da sua capitânia, a Nau *Pedro I*, Cochrane foi fundamental durante esse processo, tendo ainda importante contribuição na organização da Marinha do Brasil Independente. No que concerne às lutas de Independência contra as forças de mar portuguesas, Cochrane destacou-se à frente da recém-criada Esquadra Brasileira, especialmente no bloqueio e tomada da cidade de Salvador, na Bahia, e na capitulação do Maranhão, que lhe valeu o título de Marquês do Maranhão.

No caso da Bahia, a 1º de abril de 1823, Thomas Cochrane deixou a Baía de Guanabara com a Esquadra Brasileira com o objetivo de estabelecer um bloqueio naval à Salvador. O primeiro combate aos navios portugueses, em 4 de maio, apesar da franca vantagem em número de navios e canhões embarcados que contava a Esquadra Portuguesa sediada na Bahia, a Esquadra Brasileira teve um início de combate promissor, graças a uma ousada manobra de Cochrane. Contudo, devido ao amotinamento de marinheiros portugueses que compunham as tripulações dos navios de guerra brasileiros, a Esquadra Nacional foi obrigada a recuar. No dia 13 de maio, após a chegada de reforços de navios e marinheiros estrangeiros, o bloqueio naval foi retomado, com os navios brasileiros capturando vários navios mercantes que abasteciam os portugueses encastelados em Salvador. Pressionados pelo desabastecimento, em 2 de julho, as tropas lusas comandadas pelo Brigadeiro Inácio Luís de Madeira de Melo abandonaram Salvador em um comboio de, aproximadamente, setenta embarcações escoltadas pelos navios da Esquadra



## Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



comandada pelo Chefe de Divisão João Félix dos Campos. Comboio que Cochrane decidiu perseguir a fim de impedir que tropas conduzidas por navios portugueses desembarcassem em outras localidades do território brasileiro. A Esquadra Brasileira acompanhou por alguns dias os navios portugueses capturando diversos navios mercantes, porém, logo Cochrane incumbiu o Capitão de Fragata John Taylor, ao comando da Fragata *Niterói*, de seguir com a perseguição, que se realizou até as proximidades da foz do rio Tejo, em Portugal.

No Maranhão, onde uma Junta Governativa se mantinha leal a Portugal e a cidade de São Luís estava sitiada por tropas favoráveis à Independência, Cochrane, utilizando-se de um hábil ardil, informou ao comandante das tropas portuguesas que a Nau Pedro I estava estabelecendo um bloqueio naval à cidade e que seria a ponta de lança de uma grande força naval que viria próxima, transportando um grande contingente militar. Tudo não passava de um ardil para levar à deposição da junta governativa e submeter o Maranhão, o que, de fato, ocorreu em 27 de julho de 1823.

Por ordem de Cochrane, a mesma estratégia foi adotada no Pará. Para onde foi enviado o Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell, ao comando do Brigue *Maranhão*, com cartas do Primeiro-Almirante comunicando à Junta Governativa a adesão do Maranhão à Independência e o bloqueio naval a Belém. Em 15 de agosto de 1823, a Província do Pará também declarava sua adesão ao Império.

Com a vitória brasileira na Guerra da Independência e o conseqüente sucesso da Esquadra na captura de dezenas de navios mercantes portugueses e suas cargas, propriedades públicas portuguesas nas capitais provinciais conquistadas e propriedades privadas de mercadores portugueses, a perspectiva de ganho financeiro por parte dos oficiais e marinheiros envolvidos nas operações navais era alta. Era praxe nas marinhas europeias desde a intensificação da guerra no mar na Idade Moderna, a complementação do soldo, por vezes de regularidade instável, com os prêmios obtidos com as capturas de navios de guerra, navios mercantes e propriedades inimigas. Eram as chamadas presas de guerra que, após julgadas válidas por tribunais especialmente constituídos para regular essa prática, eram vendidas pela administração naval. Os recursos obtidos eram divididos por toda a cadeia de comando do navio que tinha capturado a presa, recebendo parcelas desde o marinheiro mais moderno de bordo até o comandante da força naval da qual o navio pertencia.

Cochrane e os oficiais e marinheiros europeus contratados para mobiliar a nova Esquadra na Guerra da Independência, sobretudo os de origem britânica, tinham arraigada a cultura dos prêmios por apresamento no mar e esperavam que os 78 navios mercantes e de transporte, os 3 navios de guerra, as 8 canhoneiras e a considerável quantidade de carga e propriedades apresadas dos portugueses expulsos do Brasil rendesse um prêmio vultoso. Contudo, a situação econômica e política do Brasil recém independente



## Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



obstava o pagamento desses prêmios. Se por um lado a Nação que acabava de sair de uma guerra com a antiga metrópole estava com os cofres vazios devido a baixa arrecadação das alfândegas dos portos, por outro, a própria necessidade de formalizar a Independência por tratado com Portugal pedia cuidado quanto ao confisco de bens e propriedades de portugueses.

A morosidade do tribunal constituído pelo Governo Brasileiro para julgar a legalidade das capturas da Esquadra, que tinha 9 dos seus 13 membros nascidos em Portugal, levou à crescente desconfiança e irritação de Cochrane com o Ministro da Marinha de então, o político Francisco Vilela Barbosa. Pensava o Almirante escocês que o Ministro, os políticos e os altos funcionários públicos portugueses que tinham aderido ao Império ludibriavam a ele e às suas tripulações para beneficiar os grandes comerciantes sediados em Lisboa que tiveram seus navios e cargas capturadas pela Esquadra em operações de guerra. Não sabia aquele oficial a posição frágil do Governo Brasileiro que dependia de tripulações prontas e motivadas para guarnecer seus navios de guerra numa possível reação militar de Portugal à Independência, mas tinha que negociar devolução de propriedades e bens apreendidos de portugueses durante a Guerra da Independência para facilitar a formalização do reconhecimento diplomático do Governo Português do Brasil como país independente.

Em agosto de 1824, a Esquadra comandada por Thomas Cochrane se fazia novamente ao mar para combater insurreição de cunho separatista chamada “Confederação do Equador” que tinha como foco a Província de Pernambuco. Debelada essa ameaça à integridade territorial do Brasil, a Nau *Pedro I* fundeou em São Luís, no Maranhão, em novembro daquele ano. Embora aquela província não tivesse aderido à Confederação do Equador, Cochrane encontrou a capital em estado próximo à anarquia, com conflito aberto entre o Governo da Província e parte da população.

Conseguindo restaurar a ordem na província, Cochrane valeu-se da sua posição para levar ao Governo provincial um pleito que não tinha sido julgado pelo tribunal de presas constituído no Rio de Janeiro, a cobrança de prêmios por propriedades e bens de portugueses capturados pela Esquadra quando da incorporação do Maranhão ao novo Império do Brasil. A Junta de Fazenda da Província do Maranhão, reunida em 3 de fevereiro de 1825, concordou em pagar à Esquadra a quantia estipulada por Cochrane como prêmio pelos bens capturados na cidade, 106 contos de réis, que foram divididos entre os tripulantes conforme a praxe britânica no pagamento de presas de guerra.

Tendo recebido somente parte dos prêmios que achava que lhe eram devidos, e temendo como sua reivindicação no Maranhão seria interpretada pelo Governo Brasileiro, que considerava tomado por partidários de Portugal, Cochrane transferiu-se junto com alguns oficiais de sua confiança para um navio menor, a Fragata *Piranga*, e rumou para a Inglaterra se desligando unilateralmente do serviço ao Império



## Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



do Brasil. Embora tenha formalizado sua demissão da Marinha Imperial por carta ao Imperador d. Pedro I em novembro de 1825, somente foi oficialmente demitido do Serviço do Império por Decreto de 10 de abril de 1827.

Cochrane novamente comandou uma marinha em uma guerra de independência quando esteve a serviço da Grécia na sequência da sua demissão da Marinha do Brasil. Ao longo das décadas que se seguiram manteve suas reivindicações junto aos Governos do Chile e do Brasil por soldos não pagos e prêmios por presas não quitados. Ainda em vida, em 1857, recebeu pagamento do Governo de d. Pedro II por soldos devidos, contudo os prêmios por presas feitas na Guerra da Independência só foram quitados 14 anos após sua morte após a contenda sofrer arbitragem internacional.

Cochrane faleceu em 31 de outubro de 1860, na Inglaterra, pouco antes de completar 85 anos de idade, e foi sepultado na Abadia de Westminster, local de sepultamento de reis, rainhas e das mais altas personalidades inglesas. No Chile, é reverenciado como um dos heróis da independência da nação, tendo seu nome batizado diversos dos principais navios da Marinha Chilena nos últimos 200 anos, incluindo o encouraçado cuja tripulação foi homenageada pelo Governo Imperial Brasileiro com a recepção de gala na Ilha Fiscal que passou para a história pátria como o “Último Baile do Império”.

### **REFERÊNCIA:**

ERMAKOFF, George. *Lorde Thomas Cochrane*, um guerreiro escocês a serviço da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2021.

MARTINS, Vice-Almirante Helio Leoncio. *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997.

VALE, Brian. “O Almirante Cochrane e a questão das presas.” *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. n. 8, p. 63-74, dez. 1973.